

Centrão perde um terço de suas forças e grupos se desintegram

Marcondes Sampaio

Saudados como um dos fenômenos políticos mais expressivos da Constituinte, os grupos suprapartidários ou as dissidências internas dos partidos, a exemplo dos próprios partidos, também estão em crise, em processo de desintegração ou desativados.

O Centrão, desgastado na opinião pública, perdeu cerca de um terço dos seus integrantes (de 320 saíram 90); o Movimento de Unidade Progressista do PMDB divide-se entre os que pretendem abandonar o partido ainda este mês e aqueles que ainda preferem aguardar a convenção nacional peemedebista, em maio ou junho; o Grupo dos 32 já não existe mais, pelo menos com essa expressão numérica; e os "Modernos do PFL" estão dispersos, à espera da definição dos rumos do partido.

Tanto quanto ocorre em relação aos partidos, a inconsistência desses grupos tem como razão básica a falta de um verdadeiro conteúdo ideológico entre a maioria dos seus componentes, predominando as razões eleitorais, fatores emocionais e, no caso do Centrão, um forte componente fisiológico.

Embora considerado o grupo mais à direita formado na Constituinte, o Centrão chegou a abrigar, e ainda abriga, muitos parlamentares mais preocupados com a defesa de interesses específicos das atividades a que se dedicam ou em arrancar vantagens do Governo do que com o conjunto das propostas que o grupo pretende ver aprovadas na Constituinte. São grandes e médios empresários, fazendeiros ou mesmo profissionais liberais privatistas que, em muitos casos, têm uma real vocação política e que por isso são mais sensíveis às pressões populares.

Essa parcela é que está se afastando do Centrão, preocupada com o futuro político, já pensando nas conseqüências dos seus votos nas eleições de 1990, seja para aqueles que postularão a reeleição para o Congresso ou para aqueles que disputarão os governos estaduais.

"Centro democrático"

Parte do esvaziamento do Centrão é atribuído ao desligamento de deputados do PMDB que estão reorganizando o chamado Centro Democrático do partido. Articuladores desse movimento, como o cearense Ubiratan Aguiar, anunciaram que os 61 signatários de um documento entregue ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, estavam se desligando do Centrão, mas imediatamente surgiram contestações a essa versão.

Na realidade, um dos fundadores do Centro peemedebista, deputado Expedito Machado, não escondeu que o objetivo dessa reaglutinação é influenciar na disputa por cargos nas comissões técnicas da Câmara e nas decisões da direção partidária. Filiados ao "Centrão", eles corriam o risco de derrotas na maioria das disputas internas em que entrassem, em razão da imagem negativa desse grupo na opinião pública. O que Expedito Machado não disse mas parece mais provável é que o Centro Democrático foge apenas da imagem, mas não dos princípios do Centrão.

MUP dividido

Na esquerda, também há motivações eleitorais e até fisiológicas entre os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) que pretendem abandonar logo o PMDB ou entre aqueles que relutam em tomar essa decisão. Em Estados onde a esquerda é mais forte, como Pernambuco, a permanência no PMDB poderia ser até fatal para as carreiras políticas dos deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares, tal o desgaste sofrido pelo partido.

O MUP reúne 25 constituintes, mas é provável que apenas 10 deles deixem o PMDB de imediato. Outros, como o baiano Jorge Hage, o paranaense Nelson Friedrich e o catarinense Wilson de Sousa, preferem esperar a Convenção Nacional, na esperança, que alguns dos seus companheiros consideram vã, de ainda ver o PMDB sob o controle das forças "progressistas". O que não se pode precisar é o grau da motivação de integrantes do MUP que pretendem permanecer no partido, diante da perspectiva de mais quatro anos de poder, se as eleições presidenciais forem realizadas este ano e se Ulysses Guimarães, candidato quase imbatível na Convenção, for eleito para a sucessão de Sarney.



Os integrantes do Centrão tiveram intensa movimentação em plenário com a perda da maioria

Passarinho resiste a assumir liderança e impõe novo estilo

O presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho, está relutando em assumir a liderança do Centrão, que mais uma vez tenta utilizar o prestígio do seu nome, agora na tentativa de reciclar-se, após a sucessão de derrotas e perdas de quadros, sofridas nos últimos dias.

A condição de Passarinho para tornar-se líder do grupo é que ele se incline "do centro para o centro-esquerda", coisa que lhe parece difícil, em conseqüência da tendência marcadamente de direita, observada numa parcela influente do Centrão.

"Isso me parece agora fora de tempo" — afirmou o senador paraense a propósito do noticiário que o indica como disposto a assumir a liderança do Centrão já no reinício dos trabalhos da Constituinte, após o carnaval. Observou Passarinho que, se o conjunto do grupo tivesse concordado em atribuir-lhe aquela função no início das suas atividades — como muitos pretendem — ele poderia ter tido influência nas posições e na imagem do Centrão, mas agora "o que existe é um prato feito".

Apesar dessas ressalvas, Passarinho, em declarações ao JBr, não teve nenhuma palavra de recusa definitiva ao papel que articuladores do Centrão pretendem atribuir-lhe. Ele fez questão de observar que, qualquer que seja a extensão das perdas sofridas pelo grupo, ele continuará representando uma força de grande peso na

Constituinte, de modo a forçar negociações em torno de todas as questões polêmicas votadas pela Assembleia.

Essa "condição privilegiada" do Centrão foi também destacada pelo deputado pefelista José Lins de Albuquerque, que calcula em 230 parlamentares o atual contingente do grupo, cujos líderes proclamavam, há um mês, contar com um total de 320 dos 559 constituintes.

Observa José Lins que as votações da Constituinte têm reunido em plenário uma média de 510 parlamentares. 280 deles não pertenciam ao Centrão, mas também não constituem um bloco monolítico, dividindo-se entre a corrente progressista liderada pelo Senador Mário Covas — que o líder do PTB Gastone Righi calcula em 150 parlamentares — e uma parcela que tem posições flutuantes, podendo ficar ora com o Centrão, ora com os progressistas.

Ainda segundo José Lins, o anunciado desligamento de 61 parlamentares do PMDB que deixaram o Centrão, voltando a compor o "Centro Democrático" do partido, não constitui, necessariamente, uma perda essencial porque, nas votações, a grande maioria desses peemedebistas tende a votar com o grupo.

"Esses saíram por motivos partidários, mas suas posições políticas são as mesmas" — concluiu José Lins.

Chiarelli pede bom-senso

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou ontem que "ainda espera vigorar o império do bom senso" para que a Constituição possa ser aprovada, no máximo, em dois meses, e vê na radicalização e a vaidade pessoais os principais empecilhos para o entendimento sobre assuntos presumivelmente acordáveis.

Para ele, caso ocorram novamente episódios como o que envolveu a questão da propriedade, quando depois do acordo que foi desfeito, "a Constituinte provocou a indignação pública", a aceleração dos trabalhos não ocorrerá.

O fortalecimento dos partidos políticos constituídos, em detrimento dos grupos formados ao longo do processo consti-

tucional, é colocado por Chiarelli como requisito para que o entendimento vigore e a Constituinte seja agilizada. "As coisas estão caminhando nesse sentido, tanto que o Centrão está desestruturado, já que, após a mudança de regimento, sua presença é indispensável", observa.

Parlamentarista, o líder do PFL reconhece o crescimento do movimento pró-presidencialismo, mas continua apostando no mandato de quatro anos para o presidente Sarney, e defende que o plenário da Assembleia aprove alguma emenda, de preferência a sua, que dentre várias outras propõe a realização de eleições gerais ainda este ano.

Bonifácio vê perigos para a democracia

O deputado pedessista Bonifácio de Andrada advertiu, ontem, que a desarticulação do Centrão com o prevaletimento das forças de esquerda na Constituinte tende a determinar a intensificação de pressões externas das forças conservadoras sobre a Assembleia, "com riscos para a democracia".

"A campanha das esquerdas radicais contra o Centrão é altamente prejudicial ao regime democrático e às próprias esquerdas. É fundamental que a dialética e os conflitos da esquerda com a direita se processem no âmbito da Assembleia. Na medida em que a esquerda radical consiga anular a ação do centro e da direita, e dominar a Constituinte, como dominou a Comissão de Sistematização, a dialética vai-se processar nas ruas, contra ela".

Segundo o raciocínio do parlamentar mineiro, a eventual dominação da Constituinte pela esquerda seria resultado não só das pressões desenvolvidas pela Central Única dos Trabalhadores, responsável pelos cartazes que acusam os integrantes do Centrão de «traidores do povo», mas também no noticiário da imprensa que, no seu entendimento, «procura denegrir os constituintes adversários da esquerda, colocando-os em situações moralmente difíceis».

Observou ainda Bonifácio de Andrada que, na luta contra os conservadores, a esquerda leva a vantagem de «agir de forma disciplinada, influenciando os mais dóceis e temerosos», dentro da Constituinte e, nas bases, «chegam a recorrer até a ameaças pessoais e a conflitos de rua».

Definição de mandato ainda é imprevisível

Entendimento nas questões econômicas, disputa no voto nas questões políticas. Essa é a tendência dominante na Assembleia Nacional Constituinte, segundo as lideranças partidárias, que apostam no consenso em temas como estabilidade no emprego e a imprescritibilidade, mas não se atrevem a antecipar qual sistema de governo será aprovado, nem quantos anos durarão os mandatos presidenciais — atuais e futuros. Reconhecendo pressões das bases pela fixação do atual mandato em quatro anos, com a convocação de diretas ainda em 1988, os constituintes admitem muita mudança de posição, entre os que defendiam cinco anos para o presidente José Sarney.

Precedente

O deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ) considera uma boa experiência de consenso a negociação em torno do direito de propriedade mantida entre o Centrão e o grupo de parlamentares ligado ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). A partir desse entendimento, acredita o congressista, "o caminho do acordo estará aberto para outras questões polêmicas", citando como exemplo a estabilidade no emprego e a imprescritibilidade do direito trabalhista. Neste último ponto, lembra, o texto do substitutivo do Centrão e do projeto constitucional são coincidentes, admitindo a imprescritibilidade por um período de dois anos de desvinculação do emprego.

"Não ocorrerá consenso apenas nos assuntos políticos. Fora esses, nada será decidido sem acordo preliminar", admite Dornelles. O que atemoriza o deputado com relação à estabilidade no emprego, é que a garantia no emprego "pura e simples" propague "a paralisia em toda a economia, que ficaria impossibilitada de investir, já que o investimento resultaria num ônus altíssimo em termos trabalhista", frisou Dornelles.

Com relação ao debate político sobre o mandato presidencial, Dornelles já se decidiu pelo voto em favor dos quatro anos, o qual justifica dizendo que o Governo Federal se encontra em um processo de desgaste acelerado.